

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às 13:30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, **com o objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de julho/2018, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em julho/2018, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência julho/2018, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 10 de agosto de 2018) e parcela nº 007 do parcelamento vigente (com vencimento em 12 de agosto de 2018), autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017, relatar também a necessidade de credenciamento das instituições financeiras e o envio do Edital de Credenciamento às Instituições Financeiras e relatar que os recolhimentos previdenciários da competência junho/2018 foi parcialmente pago, sendo recolhido integralmente a parte do servidor e parcialmente a parte patronal.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva:** Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo:** Ellen Sandra Ruza Poliselí, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal:** Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início, segundo relatos econômicos na EUROPA conforme a agência Eurostat, numa primeira estimativa, o PIB da zona do euro no segundo trimestre de 2018 avançou 0,3% sobre o trimestre anterior. A previsão era de um avanço de 0,4%. Na base anual a evolução foi de 2,1%. Já a taxa de desemprego manteve-se em 8,3% em junho, enquanto a inflação do consumidor, em julho foi de 2,1%, em levantamento preliminar. Em sua última reunião realizada no final de julho, o BCE manteve novamente em 0% a sua taxa básica de juros e em -0,4% a taxa de depósitos e reiterou que decidiu encerrar no final deste ano o programa de compra de títulos, sendo que entre outubro e dezembro planeja comprar 15 bilhões de euros em títulos, por mês. Na Inglaterra, ainda membro da União Europeia, o banco central decidiu elevar a sua taxa básica de juros de 0,5% para 0,75% ao ano, em decisão unânime. EUA Conforme a primeira estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no segundo trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 4,1%, no ritmo mais forte em quase quatro anos. O avanço foi

impulsionado pela recuperação nos gastos dos consumidores, nas exportações e no investimento empresarial. Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em julho foi de 157 mil novos postos, quando a expectativa era de 193 mil. A taxa de desemprego, que era de 4% em junho caiu para 3,9% em julho. Já os salários subiram 0,26% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,7% em um ano. Em relação à taxa básica de juros, o FED decidiu mantê-la no intervalo entre 1,75% e 2%, em reunião no primeiro dia de agosto. No comunicado após a reunião afirmou que os EUA crescem em ritmo forte. Em julho, continuou causando apreensão a “guerra” comercial iniciada pelo governo Trump ao elevar as tarifas de importação sobre os produtos siderúrgicos e de alumínio, e ao taxar importações da China, por enquanto.

**ÁSIA** Na China, o PIB do segundo trimestre de 2018 cresceu 6,7% na base anual, dois décimos acima do alvo do governo. No Japão, o banco central manteve, em sua reunião no final de julho, inalteradas as diretrizes de política monetária ao deixar a taxa de depósitos em -0,1% e continuar com o programa de comprar títulos em um ritmo anual de 80 trilhões de ienes.

**MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL** No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,85% a.a. no final de junho, terminaram julho com rendimento de 2,96% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,32% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de julho com rendimento de 0,44%. Paralelamente, no mês, o dólar se manteve estável perante o euro e se valorizou 0,99% perante o yen, por exemplo. Já as bolsas internacionais tiveram em julho um mês de altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 4,06% no mês, a inglesa (FTSE 100) subiu 1,46%, a do Japão (Nikkei 225) 1,12%, e a americana (S&P 500) 3,60%, atingindo a máxima de cinco meses. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent caiu no mês de julho 6,53%.

**NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA** Conforme o Banco Central, a economia brasileira decresceu 3,34% em maio, frente a abril. Na comparação anual a queda foi de 2,90% sem os ajustes sazonais. Também afetada pela greve dos caminhoneiros, o setor de serviços caiu 3,8% frente a abril e 16,6% em relação a 2017. Em junho, a produção industrial do Brasil se recuperou e subiu 13,1% frente a maio e 3,5% na comparação anual. A taxa de desemprego, por sua vez, que era de 12,7% no trimestre encerrado em maio, recuou para 12,4% no trimestre encerrado em junho, com 13 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.198,00 no final do trimestre.

**SETOR PÚBLICO** Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 13,5 bilhões em junho. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 89,8 bilhões. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 397,2 bilhões (5,94% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 487 bilhões (7,28% do PIB) no mesmo período. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,16 trilhões (77,2% do PIB).

**INFLAÇÃO** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em julho 0,33%, depois da alta de 1,26% em junho. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,48% e no ano de 2,94%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,25% em julho e

acumulou alta de 3,61% em doze meses e de 2,83% no ano. JUROS Em sua reunião no primeiro dia de agosto, o **Copom por unanimidade decidiu manter a taxa Selic em 6,50%**, e ainda por conta da paralização no setor de transporte e da piora do cenário externo não deu indicação de quando pretende mexer nos juros . Na ata da reunião, o BC reconheceu que o processo de alta dos juros nos EUA gera riscos para os mercados emergentes e preferiu não sinalizar os próximos passos da política monetária. CÂMBIO E SETOR EXTERNO A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de julho cotada em R\$ 3,75, com uma desvalorização de 2,62% no mês. Em junho, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$ 435 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13,9 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 6,5 bilhões em junho e acumularam US\$ 64,3 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 379,5 bilhões no final do mês. A Balança Comercial, por sua vez, teve em julho de 2018 um superávit de US\$ 4,22 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 34,16 bilhões. RENDA FIXA Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de julho acabou sendo o do IDkA 20A com alta de 4,64%, seguido do IMAB 5+ com alta de 3,15%. RENDA VARIÁVEL Para o Ibovespa, a variação no mês foi de 8,87%, acumulando no ano alta de 3,69% e em doze meses alta de 19,10%. O índice encerrou julho em 79.220 pontos. PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL Permanecem os temores com os desdobramentos da “guerra” comercial iniciada pelo governo Trump, ao mesmo tempo em que a economia americana mostra robustez, principalmente no mercado de trabalho, onde a taxa de desemprego se encontra nas mínimas histórica. Embora a intenção do FED seja a de elevar a taxa básica de juros em ritmo gradual, pressões inflacionárias, como as decorrentes de uma eventual alta maior do petróleo, poderão mudar esse quadro e trazer maior volatilidade para os mercados e para os ativos dos países emergentes, principalmente. MERCADO NACIONAL Embora a inflação tenha voltado a se enfraquecer e em doze meses permaneça abaixo da meta do Banco Central, do lado fiscal a situação continua preocupante. Enquanto a evolução das receitas continue condicionada pelo baixo crescimento econômico, o crescimento das despesas segue avançando. Assim, no curto prazo, os mercados financeiro e de capitais permanecerão tendo seu desempenho altamente vinculado às eleições. Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, aconselha a manutenção de 15% na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) passamos recomendar uma exposição de 30% e não mais de 20%, por conta do melhor desempenho nas pesquisas dos candidatos bem vistos pelos mercados. E para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's diminuimos a alocação sugerida de 35%, para 25%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo). Quanto à renda variável, a

recomendação é a exposição máxima de 30%, também por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais suprem a meta atuarial. Dessa forma, 10% a sugestão de alocação em fundos multimercado e redução de 5% para 2,5% a alocação em FII e FIP, respectivamente, dada a pouca disponibilidade de produtos no mercado. Em compensação e tendo-se em vista o potencial de valorização do segmento com a eleição de candidato pró-mercado a recomendação do investimento em ações de 10% para 15%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de julho/2018** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em julho/2018, onde se verificou que a carteira de investimentos está devidamente enquadrada, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010**, expedida pelo Banco Central do Brasil, **alterada pela Resolução 4.604, de 19 de outubro de 2017**. Foi observado que no mês de julho, os esforços com a diversificação da carteira e metodologia de mitigação de riscos foi favorável aos rendimentos, sendo que a meta atuarial foi atingida, mesmo com o mercado passando por sérias turbulências, as quais estão sendo acompanhadas e estamos adotando cautela nos investimentos. **Sendo o Relatório avaliado foi aprovado. Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência julho/2018 (cujo vencimento se dará em 10 de agosto de 2018), descontas as despesas administrativas e parcela nº 007 do parcelamento autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017 (cujo vencimento se dará em 12 agosto de 2018)**. Considerando que estamos acompanhando a carteira de investimentos e que estamos ajustando a carteira de investimentos à Política de Investimentos ficou decidido por unanimidade aplicar o valores decorrentes do acima descrito ou outros recolhimentos que possam ser efetuados no fundo **SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA**, tendo-se em vista o prêmio ainda existente para ganho no médio prazo, bem como a ferramenta de comparativo de fundos existente na plataforma online da Crédito e Mercado, a qual sinaliza o fundo acima referido com boa rentabilidade entre as instituições credenciadas. Em seguida foi relatada a necessidade de **Credenciamento das Instituições financeiras**, uma vez que terão vencimento em agosto de 2018, credenciamento este realizada a cada 12 meses. Foi encaminhado o Edital de Credenciamento às Instituições Financeiras para as providências cabíveis, cujos documentos estão sendo encaminhados ao Instituto de Previdência e passam por

análise. Seguindo foi **relatado que os recolhimentos previdenciários da competência junho/2018 foi parcialmente pago, sendo recolhido integralmente a parte do servidor e parcialmente a parte patronal.** Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 12 de setembro de 2018, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes. Santa Albertina, 10 de agosto de 2018.

#### **COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Polisel: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

#### **DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Aparecido Zara: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_